ReGeo ISSN: 2177-3246

“A PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA” UMA LEITURA PELA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCO-BRASILEIRA: EDUCAÇÃO, POLÍTICA PÚBLICA E GÊNERO EM QUESTÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM

“THE PERSISTENCE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZILIAN SOCIETY” A READING THROUGH FRENCH-BRAZILIAN DISCOURSE ANALYSIS: EDUCATION, PUBLIC POLICY AND GENDER IN THE NATIONAL HIGH SCHOOL EXAM – ENEM

“LA PERSISTENCIA DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN LA SOCIEDAD BRASILEÑA” UNA LECTURA A TRAVÉS DEL ANÁLISIS DEL DISCURSO FRANCESO-BRASILERO: EDUCACIÓN, POLÍTICAS PÚBLICAS Y GÉNERO EN EL EXAMEN NACIONAL DE EDUCACIÓN SECUNDARIA – ENEM

10.56238/revgeov16n4-023

Livia Dias de Azevedo
Professora Doutora do Departamento de Educação e do PPGDCI
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: liviadias@uefs.br

RESUMO
O presente artigo discute como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se constitui em importante política pública de acesso ao ensino universitário, bem como se estabelece como um dos principais exames de avaliação do ensino médio no Brasil. nesse sentido, que o presente texto objetiva analisar os sentidos produzidos pelo enunciado “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2015.Para isso, propomos os seguintes questionamentos: Quais sentidos de violência contra a mulher os textos motivadores à redação enunciam? Quais sentidos de violência contra a mulher são produzidos em um conjunto de redações nota 1000 do ENEM 2015? Para isso foram utilizados os aportes teóricos-metodológicos da Análise de Discurso fraco-brasileira, sobretudo, a partir dos estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. A partir das análises foi possível dizer que refletir sobre a violência contra a mulher na escola, ambiência privilegiada da formação do sujeito pode provocar o a reconstrução de uma rede de sentidos e memórias possibilitando que este tema esteja no centro do debate nacional.

Palavras-chave: Análise de Discurso. ENEM. Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT
This article discusses how the National High School Exam (ENEM) constitutes an important public policy for access to university education, as well as establishing itself as one of the main high school evaluation exams in Brazil. In this sense, this text aims to analyze the meanings produced by the statement "The persistence of violence against women in Brazilian society" in the essay test of the National High School Exam (ENEM) 2015. To this end, we propose the following questions: What meanings of violence against women do the texts motivating the essay enunciate? What meanings of violence against women are produced in a set of essays scored 1000 on the ENEM 2015? For this, the

theoretical-methodological contributions of weak-Brazilian Discourse Analysis were used, especially from the studies of Michel Pêcheux and Eni Orlandi. Based on the analysis, it was possible to conclude that reflecting on violence against women in schools, a privileged environment for the development of individuals, can lead to the reconstruction of a network of meanings and memories, allowing this topic to be at the center of the national debate.

Keywords: Discourse Analysis. ENEM. Violence Against Women.

RESUMEN
Este artículo analiza cómo el Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM) constituye una política pública importante para el acceso a la educación universitaria, además de consolidarse como uno de los principales exámenes de evaluación de la educación secundaria en Brasil. En este sentido, este texto busca analizar los significados que genera la afirmación «La persistencia de la violencia contra las mujeres en la sociedad brasileña» en la prueba de ensayo del Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM) 2015. Para ello, planteamos las siguientes preguntas: ¿Qué significados de la violencia contra las mujeres enuncia el texto que motiva el ensayo? ¿Qué significados de la violencia contra las mujeres se producen en un conjunto de ensayos con una puntuación de 1000 en el ENEM 2015? Para ello, se utilizaron las contribuciones teórico-metodológicas del Análisis del Discurso Brasileño Débil, especialmente de los estudios de Michel Pêcheux y Eni Orlandi. A partir del análisis, se concluyó que reflexionar sobre la violencia contra las mujeres en las escuelas, un entorno privilegiado para el desarrollo de las personas, puede conducir a la reconstrucción de una red de significados y memorias, lo que permite que este tema se sitúe en el centro del debate nacional.

Palabras clave: Análisis del Discurso. ENEM. Violencia Contra las Mujeres.

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM se constitui como importante política pública de acesso ao ensino superior e principal sistema de avaliação do ensino médio no Brasil. O ENEM teve seu desenho e concepção modificados com a gestão de Fernando Haddad à frente do Ministério da Educação entre 2005-2012, as concepções e sentidos a respeito das políticas públicas também mudaram com o tempo. Há um grande marco temporal e político para pensar as políticas públicas no Brasil: a década de 1980, com o processo de redemocratização e, em seguida, as políticas influenciadas pelo dito estado neoliberal. Tradicionalmente, a ideia de política pública está associada a políticas de inclusão ou, pelo menos, de minimização da exclusão social, no seu sentido mais amplo. Até esta década a preocupação do Estado brasileiro era, basicamente, sombrear o passado agropastoril, promover a industrialização, modernizar as cidades e impulsionar a economia, uma vez que as questões sociais ficaram esquecidas pela euforia do crescimento econômico brasileiro.

Nas últimas décadas, as novas abordagens teóricas sobre elaboração e implementação das políticas públicas no Brasil colocam, justamente, a exclusão e a desigualdade social como motes para seus debates e reflexões. Neoliberalismo de um lado e os movimentos sociais organizados do outro estão entremeados pelas políticas públicas de acesso e permanência, agora, talvez mais do que nunca, sendo solicitadas, ou mesmo exigidas, para os Estados e governos. Ou dito de outra forma: Os governos medeiam as crises produzidas pelo estado neoliberal, produzindo políticas públicas que possam mitigar ou minimizar os efeitos dos "resquícios, resíduos" do capital neoliberal, mas isso não acontece sem mobilizações, disputas, tensões, debates e lutas sociais.

O ENEM foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, em 1998, inspirado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia, em 1990 e, em seguida, por exames nacionais de acesso ao ensino superior, como o *Scholastic Aptitude Test* – SAT, nos Estados Unidos. A implantação do ENEM coincide, justamente, com a atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, em 1996, que definia que o Ensino Médio se constituía como os anos finais da escolarização básica.

O primeiro ENEM, em 1998, já tem a responsabilidade de ser um exame moderno, atualizado, contemporâneo e inovador com provas de questões interdisciplinares, contextualizadas, problematizadoras, que mobilizem diferentes áreas do saber escolar e com redação que exigiria uma observação mais cuidadosa do mundo em torno, já que os seus temas estariam presentes no cotidiano, assim o ENEM pretendia ser o novo do vestibular do século XXI.

A partir de 2004, o exame passou a servir de modalidade de ingresso em faculdades privadas por meio do programa de bolsas de estudo, o Programa Universidade para Todos – ProUni. Já em 2009, o exame passou por reformulações e foi proposto unificar o ENEM ao vestibular das universidades

federais brasileiras. Essa foi uma mudança importante, para unificar, mas, sobretudo, substituir o tradicional vestibular pelo ENEM como principal forma de acesso ao ensino universitário público e privado, este último pela concessão de bolsas de estudos, ampliadas nesse período. Foi uma mudança importante, mas essa substituição não se consolidou de forma imediata, o que só aconteceu nos anos subsequentes.

É a partir desse percurso histórico que o ENEM foi se constituindo e se consolidando como política pública educacional de acesso ao ensino universitário no Brasil e de inclusão social. O ENEM é grande, é o maior exame de ingresso ao ensino superior do Brasil. Os seus dados são bastante significativos, segundo site do INEP, embora menor que anos anteriores, o número de inscritos em 2022 somam um pouco mais que três milhões, talvez em razão dos efeitos da Pandemia da Covid-19 que provocou a urgente necessidade de trabalho para contribuir na renda familiar de estudantes na faixa etária do Ensino Médio, entre 15 e 18 anos, já em 2020 e 2019 ultrapassam os cinco milhões de inscritos. Em 2016, por exemplo, o número de inscritos chegou a quase nove milhões. São dados expressivos e revelam o significado social do ENEM para a educação brasileira e a sua força como política pública. Ainda segundo o site do INEP, um dos motivos para esta redução, além de reduzido número de egressos inscritos e de estudantes que conseguiram vagas em instituições de ensino superior, está, justamente, a redução do número de matrículas no Ensino Médio, grande questão educacional brasileira que motivou, dentre outras, na atual política pública que se tem chamado de Novo Ensino Médio que iniciou seu processo de implantação em 2020 e em 2023 se espraia por todas as escolas do país.

É, nesse sentido, que o presente texto objetiva analisar os sentidos produzidos pelo enunciado "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira" da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2015.

Para isso, propomos os seguintes questionamentos: Quais sentidos de violência contra a mulher os textos motivadores à redação enunciam? Quais sentidos de violência contra a mulher são produzidos em um conjunto de redações nota 1000 do ENEM 2015?

Dessa forma, utilizamos como referencial teórico e metodológico os postulados da Análise de Discurso franco-brasileira (AD), especialmente dos trabalhos de Pêcheux (2015, 2014), Orlandi (1997), Courtine (2009, 1999), dentre outros autores que contribuíram para a construção do dispositivo de leitura aqui proposto. É importante dizer que a AD é uma disciplina de interpretação e é pelo gesto do analista que as análises são feitas. É pelo olhar do analista que os recortes, as sequências e o *corpus* são organizados, relacionados às condições de produção (CP) e já nesse momento se inicia a construção do gesto de leitura[1].

[1] O gesto de leitura de acordo com Eni Orlandi (1996) se faz na relação da língua com a exterioridade. O gesto é ato simbólico, ideológico, cultural presente em toda e qualquer manifestação da linguagem, como parte do funcionamento ideológico da própria linguagem, ou seja, um gesto de leitura é um gesto de interpretação.

É preciso considerar as CPs em que está inserido o intérprete do conjunto de materiais, igualmente é necessário considerar a historicidade do discurso e dos textos que o compõe. Um discurso sempre contém outros discursos, assim como um texto, contém outros textos. É uma rede que se forma de dados, documentos e materiais que constituem, afirmam e mantém um discurso em circulação.

Dessa forma, ao ligar um texto a outros textos as relações de sentidos vão sendo construídas e validadas socialmente, e no movimento contrário essas relações vão construindo brechas, fissuras e possibilidades de leituras, que podem aparecer nos discursos regulados pela força da repetição e da evidência ideológica.

Mas, por que estamos propondo estudar o enunciado da redação da prova do ENEM 2015 a partir da perspectiva discursiva? O ENEM se constitui em importante política pública de acesso ao ensino universitário, bem como se estabelece como um dos principais exames de avaliação do ensino médio no Brasil. Por isso, circula por todo território brasileiro, todos os estudantes que desejam cursar uma universidade pública ou privada que não tenha como instrumento de entrada o vestibular é preciso fazer o ENEM.

E mesmo as instituições que têm o vestibular como principal exame de entrada, ainda sim podem utilizar os pontos do ENEM como complementação ao vestibular, isso quer dizer que o ENEM amplia as possibilidades de entrada em instituições de ensino superior, mas não apenas no Brasil, vale salientar que instituições de ensino de países como Portugal já aceitam as notas do ENEM como meio de entrada em cursos superiores. Assim, consideramos que as provas do ENEM produzem sentidos que circulam por diferentes espaços-tempos e em diferentes condições de produção já que as provas servem de referência para estudos, livros, apostilas, módulos, aulas em diferentes escolas, cursos preparatórios, banco de dados de questões, plataformas virtuais de ensino e os conhecidos "simulados", ou seja, as provas do ENEM circulam de diferentes formas pelo território brasileiro e, muitas vezes, seus temas se constituem em pauta para o jornalismo local, regional e nacional ou assunto em diferentes perfis de mídias sociais, como o *instagram,* por exemplo.

Entendemos que um tema como a "violência contra a mulher" estar presente em uma prova do ENEM, produz sentidos que repercutem em diversos espaços, produzindo outros/novos sentidos e oportunizando debates, discussões e questionamentos, ou seja, o tema é amplamente discutido, repercutindo, inclusive nas mídias virtuais, impressas e televisivas. O tema é trazido à baila. O ENEM é relevante também em função do alcance midiático que ele produz, quando um tema se constitui em enunciado em uma questão do ENEM se mobiliza uma série de profissionais que são convidados a debater o tema, isso gera um movimento na cena educacional, cultural e política do país.

O *corpus* dessa análise se constitui, para além da prova de redação do ENEM 2015, em um conjunto de provas de redação nota 1000 no ENEM deste ano. Essas provas são importantes marcadores de como o enunciado da redação orienta para uma rede de sentidos que podem e devem

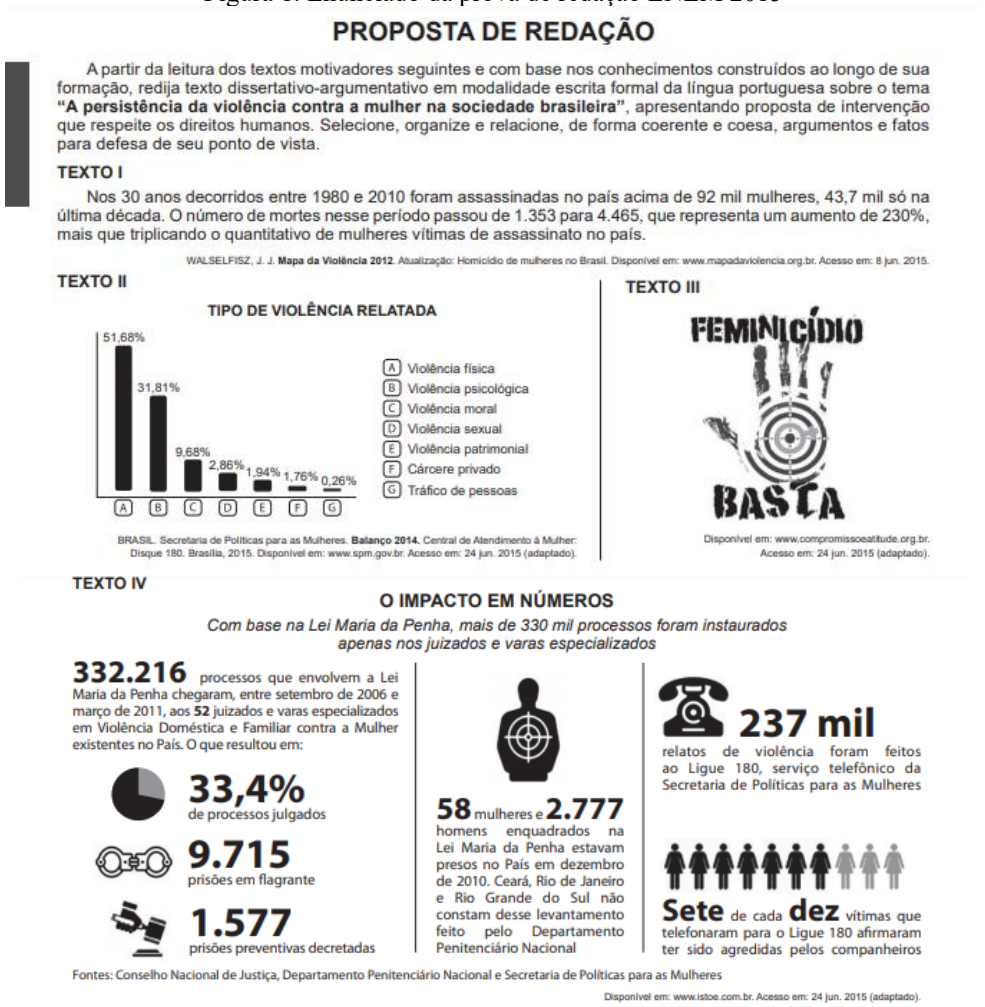
ser ditos sobre a violência contra a mulher no Brasil. Essas provas circulam com facilidade pela mídia, escola, cursos preparatórios...por módulos, simulados, há, inclusive, por algumas emissoras de tv entrevistas com os estudantes que tiraram nota 1000 na redação, são textos com reconhecimento social. Compõe o *corpus* também a Lei nº 11. 340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha.

2 MEMÓRIA, SENTIDO E MULHER

"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira", este é o enunciado proposto na prova de redação do ENEM 2015, podemos dizer, inicialmente, que o enunciado traz um recorte de gênero, há, a princípio, um sujeito que sofre a violência, a mulher, nesse caso, temos a construção de um sujeito-mulher. A esse respeito Jaqueline Teixeira Paiva (2018, p. 20) reflete que se "aspira lançar luz aos atravessamentos que esse sujeito-mulher protagoniza em uma sociedade patriarcal e conservadora, deslocando-o também para constituir-se o principal destinatário das políticas sociais, bem como o a figura central nos crescentes fenômenos sociais: os núcleos familiares matrifocais e a violência contra a mulher".

Mas, poderíamos nos questionar: quais mulheres são vítimas de violência no Brasil? E sobre quais sentidos de violência o enunciado produz? O enunciado aponta, ainda, que a violência contra a mulher não é uma situação recente, pelo contrário, indica que há uma trajetória histórica, visto que a palavra persistência sugere repetição, constância, insistência, recorrência. Ou seja, é um tema que precisa ser discutido, debatido na/pela sociedade.

Figura 1. Enunciado da prova de redação ENEM 2015



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanço 2014**. Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III

Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4% de processos julgados

9.715 prisões em flagrante

1.577 prisões preventivas decretadas

58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional

237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

Fonte: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/ENEM/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%202_05_AMARELO.pdf

Na figura acima é possível ver que o texto motivacional I apresenta dados de um tipo bem específico de violência contra a mulher, o homicídio. O texto explica que entre 1980 e 2010 houve um aumento de 230% no número de mulheres assassinadas no Brasil. O texto III também descreve o homicídio, mas agora nomeado como feminicídio, ou seja, é uma outra categoria de homicídio, é aquela cuja motivação se realiza exclusivamente em função da condição feminina. A mulher é morta pela sua condição de mulher. Isso quer dizer que o feminicídio é um crime que vitimiza apenas mulheres.

A imagem do texto III, inclusive, circulou amplamente por diversos meios de comunicação o "feminicídio basta" uma mão em posição de resistência, mas com uma mira apontada para o seu centro. A mão na posição apresentada na imagem, pode significar, pela posição em que o braço precisa estar, um afastamento do corpo da mulher, pode ser um pedido de afastamento do agressor da consequente violência e ao mesmo tempo uma posição de resistência frente as violências impostas às mulheres cotidianamente.

Essa imagem da "mão aberta", da mão em "posição de basta" não circula apenas em relação a violência contra a mulher, mas, basicamente, contra as minorias políticas, como grupos LGBTQIAPN+ e a comunidade/povos negros/pretos, idosos, crianças e adolescentes, vemos nessas outras imagens, que ao invés da mira apontada para o centro da mão, temos outros significantes, no caso dos grupos LGBTQIAPN+ encontramos ao centro da mão a bandeira com as cores do arco-íris, ou a imagem de um coração colorido. As cores como importantes significantes variam de grupos para grupos, em tempo que ao centro da imagem da mão na campanha LGBTQIAPN+ são as cores do arco-íris (que em primeira análise a diversidade de cores significa a diversidade de pessoas e gêneros), no caso das campanhas que enfocam as mulheres além do preto e branco, preto e vermelho é comum encontrar a cor lilás que alude a luta do movimento feminista, como nas imagens abaixo:

Figura 2. Campanha Basta de LGBTfobia/ Basta de violência contra mulheres

Fonte: https://www.google.com.br/search?client=safari&sca_esv=559959589&channel=iphone_bm&q=basta+de+lgbtfobia&tbm=isch&source=lnms&sa=X&ved=2ahUKEwjIvLzihviAAxWPm5UCHZsoAb4Q0pQJegQIDBAB&biw=1440&bih=820&dpr=2#imgrc=S3uh8Spaq0FqkM.

"A mão estendida indicando o basta!" é tão significativo que uma das campanhas da "Rede Globo", maior empresa de telecomunicações do Brasil e quarta maior do mundo no mês de agosto (mês-símbolo de combate a violência contra as mulheres) introduz na sua programação local a campanha contra a violência da mulher cujo símbolo é justamente a mão estendida, as e os ancoras dos jornais locais fazem esse movimento para introduzir e finalizar reportagens com temáticas que discorram sobre as violências contra/sobre as mulheres. Um sinal de basta com a mão estendida é um significante que produz uma leitura de chega, para, não! Existe uma memória que ampara essas leituras, isso porque como nos provoca Courtine (1999)

> aos lingüistas que consideram o sujeito falante como sujeito-origem, pleno e sem memória, as teses sobre a existência histórica e material das ideologias lembravam a eles que "há sempre já um discurso", ou seja, que o enunciável é exterior ao sujeito enunciador (COURTINE 1999, p. 18).

A memória é essa "há sempre já um discurso" que é enunciável, mas sendo exterior ao sujeito; nela, não há nem início, nem fim. Nutre-se pelos movimentos de estabilização/desestabilização, presença/ausência, visibilidade/invisibilidade, silêncios, apagamentos... A memória estabiliza o

sentido a partir de um processo discursivo anterior. Pensando assim, todo discurso é memória atualizada, porque todo discurso contém outros discursos em um movimento contínuo de passado/presente/futuro e em memória/esquecimento.

A respeito da imagem Pêcheux (1999) nos ensina ainda que a imagem funciona como um operador de memória, uma materialidade que precisa ser desopacizada através de um investimento de leitura e interpretação. Desse modo, a imagem se apresenta como "um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar" (PÊCHEUX, 1999, p. 51). Assim como a língua, a imagem também precisa ser historicizada, ser "devolvida" à história para que sua leitura seja possível e outros modos de significar apareçam para além da superfície dessa materialidade significante. A imagem, então, se apresenta e, ao mesmo tempo, lhe transpassa, como objeto empírico, como leitura e como representação simbólica. A análise do não verbal, a imagem, é permitida pelo funcionamento da exterioridade refletida, reinventada, rememorada no suporte imagético. Em resumo: a memória discursiva nos permite ler as materialidades significantes.

É importante dizer ao leitor que o mês de agosto é simbólico no combate a violência contra mulher em função do decreto e sanção em 07 de agosto de 2006 da Lei nº 11. 340, conhecida como a Lei Maria da Penha, divisor de águas jurídico, social, cultural e político para fazer e pensar políticas públicas de combate a violência contra a mulher e não apenas a violência doméstica, já que a lei amplia o espectro e a compreensão da violência, incluindo, dentre outras violências a moral, patrimonial, psicológica. Embora, marco político importante autoras e intelectuais como Carla Akotirene, que reconhecem a relevância da lei, chamam atenção para o caráter excludente subjacente ao texto ao destacar a ausência de uma política direcionada a mulheres negras e pobres.

Inclusive o texto motivacional II da redação de 2015 expande a compreensão de violência contra mulher tem como fonte a Secretaria de Políticas para as mulheres, balanço de 2015, cita por ordem de ocorrência os tipos mais comuns de violência, observamos que é possível que estejam ancorados na Lei Maria da Penha, descrita anteriormente. Neste texto o maior índice de violência é a física, seguida de psicológica, moral, sexual, patrimonial, privado e, por fim, tráfico de pessoas.

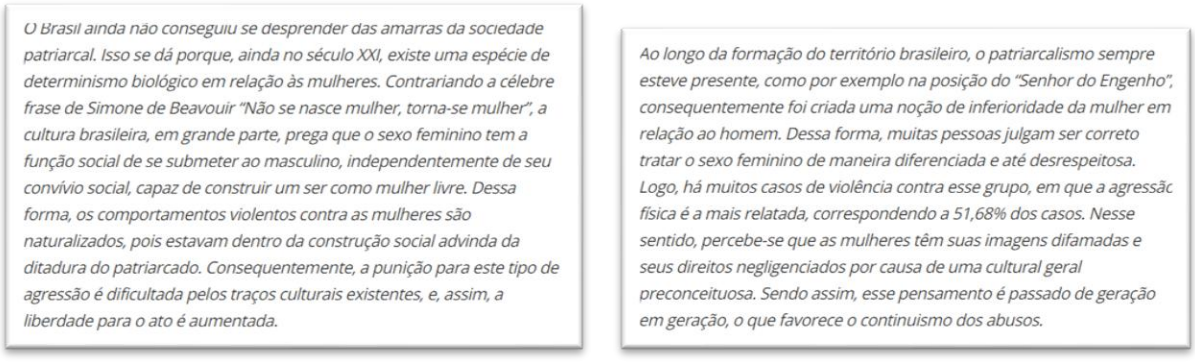
O apagamento das mulheres negras e pobres pode ser retomado quando buscamos os significados da bandeira lilás ou da cor lilás para identificar o movimento feminista em início do século XX, segundo informações em *sites* feministas a cor representaria a cor da nobreza inglesa e se instituiu símbolo da luta feminista na Europa, esse movimento coincide justamente, como nos explica Jaqueline Teixeira Paiva (2018) quando discorre o que se considera "segunda onda" feminista inspirada nas ideias de Simone de Beauvoir momento em que se preocupa com a violência doméstica, ou seja, a violência que acontecia dentro do espaço privado, na ambiência familiar. A bandeira lilás, ainda, se

contrapunha, também, a bandeira comunista, vermelha, luta que não estava ou não era prioridade na pauta dos partidos proletários, partidos de esquerda ou partidos comunistas.

De acordo com Elizabeth Rago (1985, 1994), após a Segunda Guerra Mundial, foi preciso construir uma estratégia político-discursivo-imagética para "retornar" as mulheres para o espaço doméstico, com a Segunda Guerra foi enviado pelo Brasil um grande contingente de homens para os *fronts* de guerra, as mulheres ocuparam a cena urbana pública, era necessário ocupar os postos de trabalhos deixados por esses homens que foram para guerra. Com a volta dos homens as mulheres precisaram deixar a cena pública e voltar para o espaço privado, mas isso não acontece sem conflitos, tensões e questionamentos. É uma temporalidade que coincide com a produção de Beauvoir quando as ideias de patriarcado, espaço doméstico e opressão masculina sobre as mulheres aparecem com mais força e potência.

Essas ideias são aprofundadas e atualizadas em trabalhos e teorias que repercutem em pesquisas, livros, reportagens hoje no século XIX. É por isso, por exemplo, que em diversas redações notas 1000 do ENEM 2015, amplamente divulgadas nas mídias impressas e digitais, apesar dos textos motivadores I, II, III e IV não dizerem, não enunciarem de forma explicita aprecem como resposta a provocação do tema da redação "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira" palavras como patriarcado, opressão, determinismo biológico, liberdade são recorrentes nas redações nota 1000, ou seja, não sentidos instituídos no imaginário coletivo e se filiam a uma rede de sentidos construídos ao longo do tempo, importante papel da memória discursiva. Observemos os trechos abaixo:

Figuras 3 e 4 - Recortes das redações nota 1000 do ENEM



O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. Contrariando a célebre frase de Simone de Beavouir "Não se nasce mulher, torna-se mulher", a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre. Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, pois estavam dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado. Consequentemente, a punição para este tipo de agressão é dificultada pelos traços culturais existentes, e, assim, a liberdade para o ato é aumentada.

Ao longo da formação do território brasileiro, o patriarcalismo sempre esteve presente, como por exemplo na posição do "Senhor do Engenho", consequentemente foi criada uma noção de inferioridade da mulher em relação ao homem. Dessa forma, muitas pessoas julgam ser correto tratar o sexo feminino de maneira diferenciada e até desrespeitosa. Logo, há muitos casos de violência contra esse grupo, em que a agressão física é a mais relatada, correspondendo a 51,68% dos casos. Nesse sentido, percebe-se que as mulheres têm suas imagens difamadas e seus direitos negligenciados por causa de uma cultural geral preconceituosa. Sendo assim, esse pensamento é passado de geração em geração, o que favorece o continuismo dos abusos.

Fonte: https://g1.globo.com/educacao/noticia/leia-redacoes-do-ENEM-2015-que-tiraram-nota-maxima.ghtml.

Nesses pequenos trechos representativos de um amplo conjunto de redações notas 1000 observamos que palavras como patriarcalismo, sexo biológico, construção de social da mulher são sentidos recentes e que só a poucos anos autorizados. O trecho dois essa noção de tempo e interdição fica bastante clara quando o sujeito diz "na posição do Senhor de Engenho" foi criada uma noção de inferioridade da mulher em relação ao homem", nesta época, século XVIII, XIX havia uma

naturalização das posições homem e mulher no tecido social, os papéis eram ocupados de forma bastante definida, ou pelo menos, se fazia crer. Mas, observemos que esses papéis são definidos para um grupo social branco, economicamente favorecido, politicamente influente e que produzia configurações de família modelares. Bem diferente com o que acontecia com as famílias negras escravizadas em que o patriarcalismo era dissolvido pela necessidade urgente de sobrevivência e homens e mulheres desempenhavam papéis similares no conjunto social.[2] Como essas violências eram produzidas no bojo de suas diferenças raciais e de classe?

Contudo, a "mão estendida em posição de basta" pode indicar através da memória discursiva que este significante circula pelo imaginário coletivo como um pedido de pare! Ou de estar em posição de resistência e, por isso, não aceitação das violências produzidas por grupos hegemonicamente e historicamente instituídos e/ou institucionalizados. Nesse sentido, considerar a materialidade simbólica do discurso implica considerar a memória discursiva que é construída pelas diversas formas de discurso. Essa é uma noção importante, sobretudo quando se trata das questões concernentes aos movimentos sociais, pois existe uma representação simbólica hegemônica que caracteriza esses movimentos, sejam feministas, raciais ou de gênero.

Embora esses sentidos estejam estabilizados na memória e no imaginário coletivo, em outras condições de produção, o sintagma abre espaço para o deslize, a falha, o outro. Para Pêcheux (2015, p. 53), o equívoco é constitutivo da língua. Dessa forma, todo enunciado é "suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro". E, nesse caso, o lilás poderia ser considerado um roxo, roxo decorrente da violência física marcada/registrada/desenhada nos corpos femininos após forte agressão, como também é comum em campanhas de violência contra mulher, nesse sentido o lilás/roxo e o vermelho estariam em mesma rede de sentidos, porque o olho roxo também tem tons de vermelho e aqui já não é mais o vermelho do partido comunista, mas o vermelho do sangue coagulado, como na imagem a seguir:

Figura 5. Campanha "Diga não a violência contra as mulheres"

Fonte: https://www.jornaldoestadodorio.com.br/uma-em-cada-quatro-mulheres-sofreu-violencia-fisica-no-ultimo-ano/

[2] Angela Davis a respeito do processo de escravização nos Estados Unidos no livro "Mulheres, raça e classe" (2016).

É possível observar que o sentido da violência contra a mulher muda ao longo do tempo, a violência doméstica reservada ao espaço privado familiar, vai sendo ampliada para o espaço público e novas formas de violência vão sendo agregadas ao conceito tradicional de violência física, a violência moral, ou ainda, a psicológica se apresenta tão nocivas, dolorosas, lesivas e violentas quanto àquelas extremas que envolvem a dor física-corporal.

Segundo dados do 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2023, houve um aumento intenso do número de feminicídios no Brasil. De acordo com o monitor da violência do G1 e do Observatório da violência contra a mulher, entre 2017 e 2022 houve um aumento de 37% no número total de feminicídios.

Pesquisas do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), apontam que, em média, a cada seis horas uma mulher é assassinada no país. O estudo indicou ainda, que a proporção de feminicídios cresce em relação ao número total de mulheres assassinadas no país. Em 2017, por exemplo, 22,9% de todos os assassinatos contra mulheres foram considerados feminicídios, já em 2021 alcançou 35,9%. Há um aumento expressivo da violência contra a mulher, mas há também, após a Lei nº 13.104/2015 que institui o feminicídio e impõe as qualificadoras para este tipo de crime um maior número de registro, como dito anteriormente, se antes quando uma mulher era assassinada havia o registro como homicídio simples ou qualificado, hoje o registro é feito pelo feminicídio qualificado decorrente deste tipo de crime.

Nessa perspectiva, a noção de condições de produção, ou seja, as condições sócio-históricas-ideológicas em que os discursos são produzidos e expressos nas materialidades significantes produzindo modos diversos de significação, nos ajuda a compreender a necessidade de criação da lei, as políticas públicas contra violência contra a mulher, e, dentre outras, o aumento expressivo da violência nos últimos anos.

Na figura 04 se observa o resumo dos dados levantados pelo Anuário de Segurança Pública (ASP) de 2023, é possível ver, mais uma vez, o gesto da mão em destaque na imagem, a mão estendida, inclusive, aparece quase na mesma extensão do desenho do corpo da mulher, implica dizer que é um gesto de pare! Chega do avanço da violência contra a mulher. Os dados descritos impressionam, dentre outros, cresce a tentativa de feminicídio em 16,9%, 61,1% são mulheres negras e 71,9% estão entre 18 e 44 anos de idade. É possível ainda questionar o espaço doméstico, privado, intrafamiliar, como seguro, já que 7 em cada mulheres são mortas em casa e 53,6% são mortas pelo parceiro íntimo.

Figura 6. Crescimento da violência contra a mulher

Fonte: Anuário de Segurança Pública, 2023.

Nesse sentido, Bianca Machado Quintino Damacena (2021, p. 101) nos explica que:

> A violência de gênero, portanto, "não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino" (SAFFIOTI, 2004 p. 81). A autora ainda acrescenta que é possível, embora inusitado, que mulheres pratiquem violência contra homens, porém, "como categoria social [elas] não têm um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença" (SAFFIOTI, 2001 p. 116, 117). É esse detalhe que faz com que seja possível inserir dentro da categoria de violência de gênero tanto *violência contra a mulher*, como *violência doméstica, conjugal e intrafamiliar*, mas não usá-los como sinônimos.

A autora, ainda, esclarece:

> Porém, é preciso considerar, como dito anteriormente, as especificidades de cada termo para que sejam pensados e combatidos em suas particularidades. Saffioti (2001) exemplifica que os casos de estupro em que o agressor é um membro da família (pai, tio, avô) são bem diferentes de quando acontece com algum desconhecido. De forma bem ampla, ambas agressões podem ser consideradas violência de gênero e podem ser criminalizadas, embora essa categoria não se restrinja a isso. No entanto, o primeiro tipo de estupro deve ser reconhecido e categorizado como *violência intrafamiliar.*

> O que difere também dos casos de violência entre casais, a chamada violência doméstica ou conjugal. Trata-se de um outro tipo de violência que pode incluir, inclusive, casos de estupro, mas que vem acompanhada de uma série de outras violências (humilhações, agressões físicas, controle financeiro, etc.). Esta também pode ser considerada *violência de gênero*, uma vez que em sua maioria é cometida por homens no posto de patriarca da família que os torna "permanentemente autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isto, precisem utilizar-se de sua força física" (SAFFIOTI, 2001 p. 121) (DAMACENA, 2021, p. 102).

Como aponta a autora, nessa relação de dominação que se desdobra em casos de estupro, os dados do ASP (2023) mostram que em 2021 houve o maior número de estupros da história do Brasil. A figura 05 traz também o desenho da mão, mas, dessa vez, em outra posição, indicado que a leitura deve sugerir outros sentidos. Se no cartão anterior (figura 04) a figura associada a mão era de uma mulher adulta, no cartão da figura 05 o desenho da mão é associado a uma criança ou a uma adolescente e, talvez por isso, a palma da mão esteja voltada para o corpo da criança, ao contrário das imagens anteriores, dessa vez, a mão está com os dedos bem fechados, cerrados e a mão está bem próxima ao corpo da criança indicando proteção, cuidado, distanciamento, afastamento do agressor. É possível dizer que o desenho da mão muda de posição para indicar um sentido outro.

Na perspectiva de proteger e afastar a criança/adolescente do agressor os dados descritos pelo cartão são representativos desse emaranhado de sentidos que o desenho da mão oferece. Em 2021 foram 56.820 estupros de vulnerável, 88,7% foram do sexo feminino, 56,8% as vítimas eram negras, 63,3% dos estupros aconteceram na residência da vítima, 86,1% eram crianças de 0 a 13 anos e 77,2% eram adolescentes de 14 anos ou mais, o que chama a atenção é que todos os agressores eram familiares, conhecidos ou parceiros íntimos das vítimas. Com base nesses dados a posição de proteção, cuidado e afastamento que o desenho sugere na relação com o corpo da criança/adoslescente informa a sociedade e aos Estados a necessidade urgente de implementar e fazer funcionar políticas públicas que deem proteção a esse grupo ainda mais vulnerável.

Figura 7. Maior número de estupros da história

Imagem: Anuário da Segurança Pública de 2023

Fonte: Anuário da Segurança Pública, 2023.

De acordo com o ASP (2023, p. 138) "outro crime tipificado recentemente é a perseguição, prática também conhecida como *stalking*, que resultou em 56.560 casos de mulheres vítimas em 2022, uma taxa de 54,5 por 100 mil. O monitoramento desta modalidade criminal é fundamental, dado que o *stalking* é fator de risco para a ocorrência de feminicídios. Mesmo a perseguição no mundo digital tem sido apontada como fator de risco para a violência letal contra mulher, indicando que a tecnologia facilita o controle e uma violência onipresente contra a mulher (McLachlan, Harris, 2022)" O próprio Anuário indica que esses crimes de perseguição digital, conhecido como *stalking* têm se estendido ao mundo real, e casos violência física foram precedidos pelas violências no mundo virtual. Ou seja, uma outra modalidade de crime contra a mulher aparece no contexto social brasileiro e mundial.

Nesse sentido, a noção de condições de produção nos ajudam a pensar o acontecimento discursivo que produz uma rede de sentidos e significados que se desdobram no imaginário coletivo, na memória coletiva, em conteúdo escolar e, dentre muitas outras, em políticas públicas. Assim, segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 182) as CPs

> Pode[m] apresentar certas ambiguidades: parece, efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso, sejam as determinações que caracterizam um processo discursivo, sejam as características múltiplas de uma "situação concreta" que conduz à "produção", no sentido linguístico ou ps psicolinguístico deste ermo na superfície linguística de um discurso empírico concreto.

Dessa maneira, as CPs abrangem as situações concretas, das condições mais imediatas às de longo alcance. É preciso considerar o processo histórico e as condições reais (culturais, econômicas, tecnológicas, científicas) no processo de produção dos discursos. Estes, por sua vez, funcionam a partir

de condições históricas de produção, por isso que não são contextuais. Os contextos só interessam a AD se forem decorrentes de processos históricos, ou seja, inseridos dentro de uma história em trânsito, e que nesse sentido, são considerados condições de produção do discurso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos de violência contra a mulher não reiteradamente veiculados pelas mídias sociais, jornais virtuais e impressos, revistas, boletins, enfim, circulam por diferentes materialidades discursivas, assim acontece com as provas do ENEM, temas sensíveis, mas importantes para a discussão em sociedade são colocados em ampla visibilidade, possibilitando consistentes discussões.

A escola é uma ambiência de formação, de construção e (re)elaboração de saberes, noções, perspectivas, é um lugar em que o conhecimento construído socialmente ao longo do tempo histórico é compartilhado através dos temas, assuntos, conteúdos e visões de mundo mais complexas e problematizadoras são produzidas, é, nesse sentido, que estudar e analisar as provas do ENEM ganham destaque e importância.

As provas do ENEM fazem parte da cultura escolar, transitam de modo intenso pela escolaridade do sujeito, assim como circulam por diferentes ambiências de formação, como as escolas, cursos preparatórios para o ENEM, videoaulas, perfis educativos em mídias sociais, entre outros. As provas do ENEM têm força para inserir uma discussão em importantes meios de comunicação e tocar em centenas de pessoas em diferentes espaços, dessa forma, um enunciado em prova de redação em que esteja descrito a violência contra a mulher, levanta questões, reflexões e saberes na escola e na vida.

Refletir sobre a violência contra a mulher na escola, ambiência privilegiada da formação do sujeito implica em possibilitar que mulheres/adolescentes e homens/adolescentes identifiquem, reconheçam, ponderem e analisem as suas próprias ações, posturas e comportamentos e se permitam, se não a mudança, pelo menos, a reflexão causada pelo incomodo dos atravessamentos em que rede de sentidos e memórias faz saber.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, São Paulo: Edufscar, 2009.

DAMACENA, Bianca Machado Quintino. Vivas nos queremos! Os discursos de mulheres em situação de violência doméstica que foram em busca de ajuda. Tese em Letras. Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, p. 285. 2021. Acesso em 08 de ago. 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225995.

PAIVA, Jaqueline Teixeira. Mulheres na matrifocalidade e violência: escuta interdisciplinar do sujeito. Dissertação em Psicologia – Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, p. 149. 2018. Acesso em 05 de ago. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26757/3/Mulheres%20na%20matrifocalidade%20e%20violência.pdf.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX. M.: C. FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Trad. Bethania S. Mariani. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar - 1880/1930. RJ: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. "A Mulher na Historiografia Brasileira". In: SILVA, Zélia L. (org.). Cultura Histórica em Debate – SPEd: UNESP, 1994.